

# O triângulo "estruturas-financiamento-avaliação" na investigação científica e tecnológica\*

J. LOPES DA SILVA\*\*

Estruturas, financiamento e avaliação são os vértices de um triângulo envolvente de toda a problemática da investigação científica e tecnológica. A indissociabilidade destes três temas implica que a abordagem de um deles tenha obrigatoriamente que ter em conta os outros dois. Assim, só faz sentido falar de avaliação referenciando-a a um dado tipo de estruturas e a uma dada opção de financiamento.

Para este efeito e sob a designação de estruturas engloba-se:

- tipo de unidade de investigação (Institutos, Centros, grupos);
- inserção estrutural (tutela, interdependências funcionais);
- pessoal permanente (investigador, técnico, administrativo, operário);
- infraestruturas de apoio à investigação (secretariado, bibliotecas, oficinas).

Nesta comunicação toma-se como unidade de referência o Centro, instituição constituída por grupos (células unitárias de qualquer estrutura de investigação) e dotada de algumas infraestruturas comuns aos diferentes grupos. Admite-se que num Centro podem colaborar investigadores de carreira e docentes universitários doutorados ou não, técnicos de investigação, bolsiros de pós-graduação e pós-doutoramento e algum pessoal administrativo.

O financiamento directo de uma unidade deste tipo não abrange o pagamento do pessoal permanente (a cargo do organismo de tutela) devendo apenas contemplar as verbas para:

1. funcionamento e manutenção básicos que asseguram a existência da unidade;
2. funcionamento, manutenção e bibliografia permitindo aos grupos desenvolver projectos sem recurso a novos equipamentos;
3. aquisição e manutenção de novos equipamentos;
4. bolsas de pós-graduação;
5. bolsas de pós-doutoramento.

Pressupõe-se que a atribuição das verbas se insere num contrato programa

de x anos a elaborar entre a entidade financiadora e o centro, decorrente da apresentação, por este último, de uma proposta descrevendo pormenorizada-mente:

- os objectivos e as actividades a desenvolver no quadro de projectos de investigação a realizar por cada grupo;
- as verbas para o efeito solicitadas no âmbito de cada um dos cinco itens anteriores;
- súmula dos trabalhos anteriores e dos resultados obtidos.

As verbas de funcionamento e manutenção serão expressas em unidades de crédito sendo o valor de cada uma função do domínio de investigação, do tipo de investigação e nas referidas em 2 do resultado da avaliação.

Caracterizada a unidade de investigação, apresentada uma proposta concreta de projectos de investigação e definidos os vários níveis de financiamento está-se em condições de reflectir sobre avaliação, o que implica discutir quem a executa e como deve ser realizada.

Escolher quem avalia é sempre tarefa complexa mas é-o ainda mais num país pequeno, como Portugal, em que avaliador e avaliado se confundem frequentemente. Para minimizar estes inconvenientes afigura-se importante que as comissões de avaliação:

- sejam compostas por elementos nomeados pela entidade financiadora dos quais cerca de 1/3 sob proposta das unidades de investigação;
- tenham uma constituição periodicamente renovada;
- envolvam peritos que tenham atingido as categorias mais elevadas da sua carreira;
- embora temáticas, não sejam estanques entre si de forma a que a avaliação possa corresponder ao carácter interdisciplinar que os projectos de investigação têm cada vez mais;
- mantenham contacto directo com os avaliados quer visitando os laboratórios das unidades quer através de pedidos de esclarecimentos;
- definam os critérios de avalia-

ção de forma coordenada e deles dêem conhecimento à comunidade científica.

Aos avaliadores não deve ser solicitada a tarefa de propôr os quantitativos do financiamento. A eles deve apenas competir classificar os grupos e os centros tendo em conta os critérios definidos e emitir pareceres sobre a aquisição de equipamento.

À entidade financiadora deve caber a decisão quanto às verbas a atribuir face aos relatórios dos avaliadores, às regras para o efeito previamente fixadas e aos meios financeiros de que dispõe.

Na sua actuação as comissões de avaliação deveriam:

- realizar uma avaliação profunda de cada grupo e dos respectivos projectos, baseada nos objectivos do trabalho proposto, na coerência das propostas, nomeadamente com a constituição dos grupos e no trabalho realizado anteriormente e no seu impacto em termos de publicações.

— classificar as propostas dos grupos de forma a definir o valor da unidade de crédito base para atribuição das verbas citadas no ponto 2 anterior;

— emitir parecer sobre o interesse dos novos equipamentos que a unidade se propõe adquirir bem como sobre o merecimento que o grupo ou o Centro possa ter para os receber;

— emitir parecer sobre a oportunidade e necessidade de dotar o Centro ou os grupos de verbas para os novos bolsiros de pós-graduação.

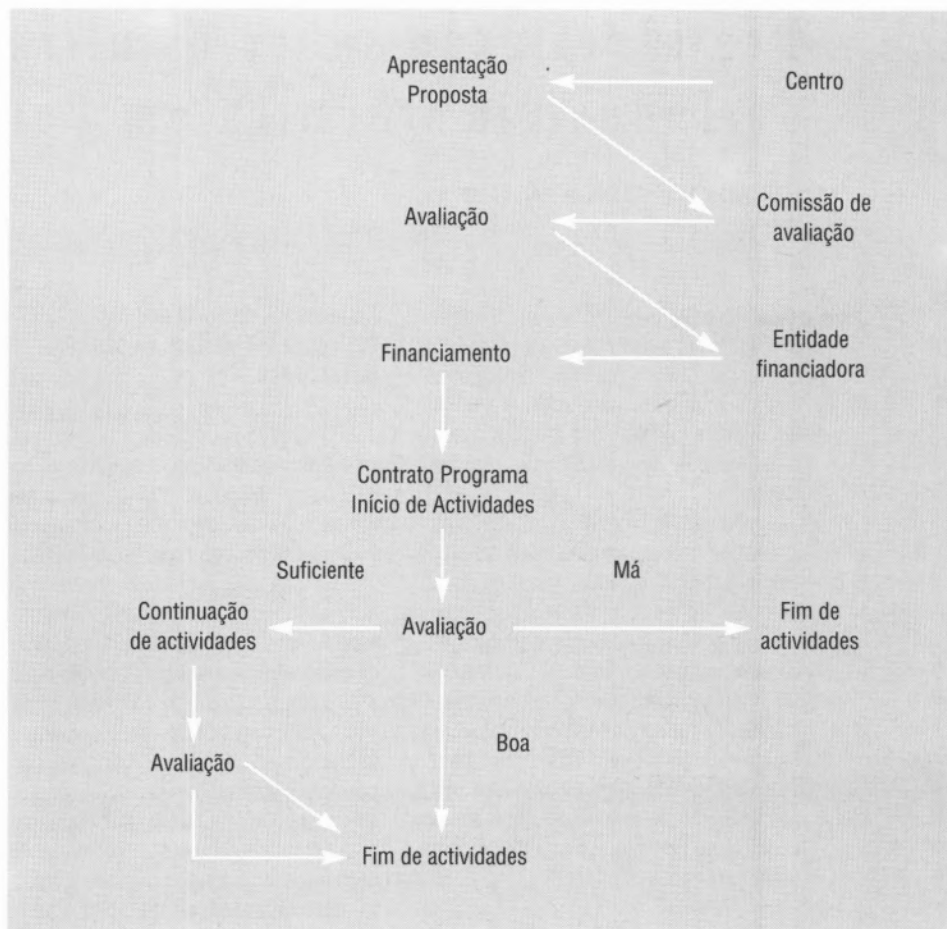
Uma vez aprovado e posto em execução o contrato programa entre a entidade financiadora e o Centro, caberá às comissões avaliadoras fazer o acompanhamento do mesmo, em particular após o ano x/2 da sua vigência. No final do primeiro ano apenas deverá ser exigido um relatório de progresso sucinto e comprovativo do início das actividades. Seria pois sobre o relatório de actividades no final do ano x/2 que recairia uma avaliação científica profunda, com novos contactos directos entre avaliadores e avaliados. Se os resultados obtidos fossem testemunhos inequívocos de cum-

primento do contrato, os grupos só voltariam a ser avaliados no final do contrato programa. Pelo contrário o contrato seria revogado em casos flagrantes de incumprimento dos objectivos estabelecidos. As situações intermédias requeriam uma nova avaliação após mais um ano de actividades.

O esquema proposto para o financiamento e avaliação das estruturas de investigação, resumido no quadro junto, nada tem de inédito em termos europeus. No entanto, só parcialmente foi ensaiado em Portugal. Complexo e exigindo sobretudo nos primeiros anos um esforço grande quer aos avaliadores quer à entidade financiadora pode, quando em regime estacionário, dar maior estabilidade às estruturas de investigação e à comunidade científica.

\* Texto baseado na comunicação apresentada ao Seminário sobre Avaliação e Acompanhamento de Projectos de I&D (U. do Minho, Braga, Junho de 1993).

\*\* Centro de Química-Física Molecular  
Universidade Técnica de Lisboa  
Complexo I, IST.



# LUMIStox



Análise da  
**Toxicidade**  
na  
**Água e Solos**  
em 30 minutos

Um Sistema

**labNORMA**

Equipamento de controlo de qualidade e investigação, lda.

RUA INFANTARIA, 16, 41-2º 1200 LISBOA  
TELEFONES 69 24 14 - 69 24 31 FAX 65 62 62